

**A iniciativa carbono, comunidade e biodiversidade
no corredor ecológico Monte Pascoal Pau Brasil:
outro fracasso da compensação de carbono
por Jutta Kill**



A INICIATIVA CARBONO, COMUNIDADE E BIODIVERSIDADE NO CORREDOR ECOLÓGICO MONTE PASCOAL-PAU BRASIL: OUTRO FRACASSO DA COMPENSAÇÃO DE CARBONO

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

por Jutta Kill ¹

“Enquanto os defensores do REDD estão agindo como se as lições estivessem visíveis, suas metodologias, comprovadas, testadas com sucesso e adequadas para orientar o processo, as bases empíricas para aceitar isso são, na melhor das hipóteses, tênues. Na pior, enganosas”. ²

REDD, sigla para **R**edução de **E**missões por **D**esmatamento e **D**egradação Florestal, é a mais recente proposta apresentada por governos e grupos conservacionistas, bem como por muitas empresas, supostamente para interromper a perda de florestas e contribuir para evitar uma mudança climática descontrolada.³ Em muitos lugares onde os projetos de REDD têm surgido, as práticas tradicionais de uso das florestas foram vilipendiadas enquanto as causas do desmatamento em grande escala permaneciam sem ser tratadas. As comunidades têm visto o acesso às florestas que tradicionalmente usam ser restrito, e os benefícios prometidos para as comunidades, acabando em promessas vazias.⁴

Este artigo examina um determinado projeto de compensação florestal no sul da Bahia, no Brasil, que tem sido vendido como projeto-piloto para o financiamento de restauração da floresta “degradada” por intermédio da venda de créditos de carbono.⁵ Além do projeto de recuperação de áreas florestais degradadas, as comunidades na região receberam promessas de benefícios sociais oriundos dele. A pesquisa mostrou que poucos foram os benefícios prometidos à comunidade que

¹ Artigo baseado em pesquisa de campo feita por Patricia Grinberg (2013), Ivonete Gonçalves e Winfridus Overbeek (2009). Este documento é parte da Revista "Biodiversidade, sustento e culturas" No. 79, publicada conjuntamente pela organização GRAIN, Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM) e Amigos da Terra da América Latina e do Caribe (ATALC) em dezembro de 2013.

² Michael I. Brown (2013): *Redeeming REDD. Policies, incentives and social feasibility for avoided deforestation*. Earthscan. Página 58.

³ Sobre a conexão entre o REDD e as negociações climáticas internacionais, ver, também, o artigo “*Enmascarando la destrucción: REDD+ en la Amazonía peruana*”, de Joanna Cabello em <http://wrm.org.uy/>.

⁴ Para mais detalhes, ver, também, o livreto editado pelo WRM “10 things communities should know about REDD”. A publicação destaca dez problemas sérios que um projeto de compensação florestal de carbono pode causar às pessoas envolvidas ou às comunidades afetadas. <http://wrm.org.uy/books-and-briefings/10-things-communities-should-know-about-redd/>.

⁵ Embora seja tecnicamente um projeto de reflorestamento, é frequentemente citado como um exemplo de projeto de REDD e que atende a todas as características de um projeto desse tipo. Além disso, para as comunidades locais afetadas por esses projetos de compensação de carbono, essas distinções técnicas são secundárias onde os impactos do projeto são semelhantes, independentemente da sua especificação técnica como REDD, MDL ou projeto de compensação por florestamento e reflorestamento. Tendem a ser fornecidas poucas informações importantes às comunidades sobre as diferenças entre essas classificações técnicas de distintos tipos de projetos de compensação de carbono florestal. Portanto, usamos as expressões “compensação de carbono florestal” e “compensação por REDD” como sinônimos neste artigo para descrever a *Iniciativa Corredor Ecológico Monte Pascoal-Pau Brasil: Carbono, Comunidade e Biodiversidade*, ou em suma, o *projeto de compensação por REDD Monte Pascoal*.

chegaram a se materializar, e muitos menos os que duraram. Além disso, o projeto esbarrou em dificuldades quando o Código Florestal do país foi alterado, em 2012, reduzindo as obrigações dos proprietários privados de terras para com a restauração. Como resultado, os proprietários perderam o interesse em oferecer suas terras para restauração pelo projeto de compensação. Mas os proponentes do projeto já haviam assinado um acordo para entregar créditos de carbono a uma empresa de cosméticos, com base no pressuposto de que os proprietários de terras responderiam ao incentivo que o projeto de compensação de carbono estava oferecendo: pagar aos proprietários de terras privadas para que eles cumprissem a obrigação legal de manter ou restaurar uma certa porção de suas terras como floresta intacta. Com os requisitos legais para a restauração florestal reduzidos, o projeto de carbono não tem conseguido encontrar a terra necessária para gerar os créditos de compensação prometidos no contrato de carbono.

Histórico e origens da iniciativa Monte Pascoal de compensação de carbono

Para muitas comunidades de povos tradicionais e indígenas na região do Monte Pascoal, a pesca artesanal e o turismo são as principais fontes de renda. Nas últimas décadas, a expansão do turismo, das plantações de eucalipto, da pecuária em grande escala e do desmatamento relacionado a ela, além da especulação com terras, tiveram um impacto significativo sobre o modo de vida dessas comunidades. As comunidades também perceberam mudanças ambientais, tais como a diminuição da qualidade da água e um esgotamento cada vez maior dos estoques de peixes nas últimas décadas, e os moradores começaram a discutir a necessidade de tomar medidas para proteger florestas, mangues e áreas costeiras, já no final dos anos 90.

As iniciativas locais acabaram por resultar na criação da Reserva Extrativista Marinha de Corumbau, em 2000, com o propósito explícito de proteger os meios de vida e a cultura da região, bem como garantir o uso sustentável da vida marinha ao longo de 65 km da costa, onde a pesca artesanal sustenta muitas das cerca de 500 famílias das comunidades tradicionais.

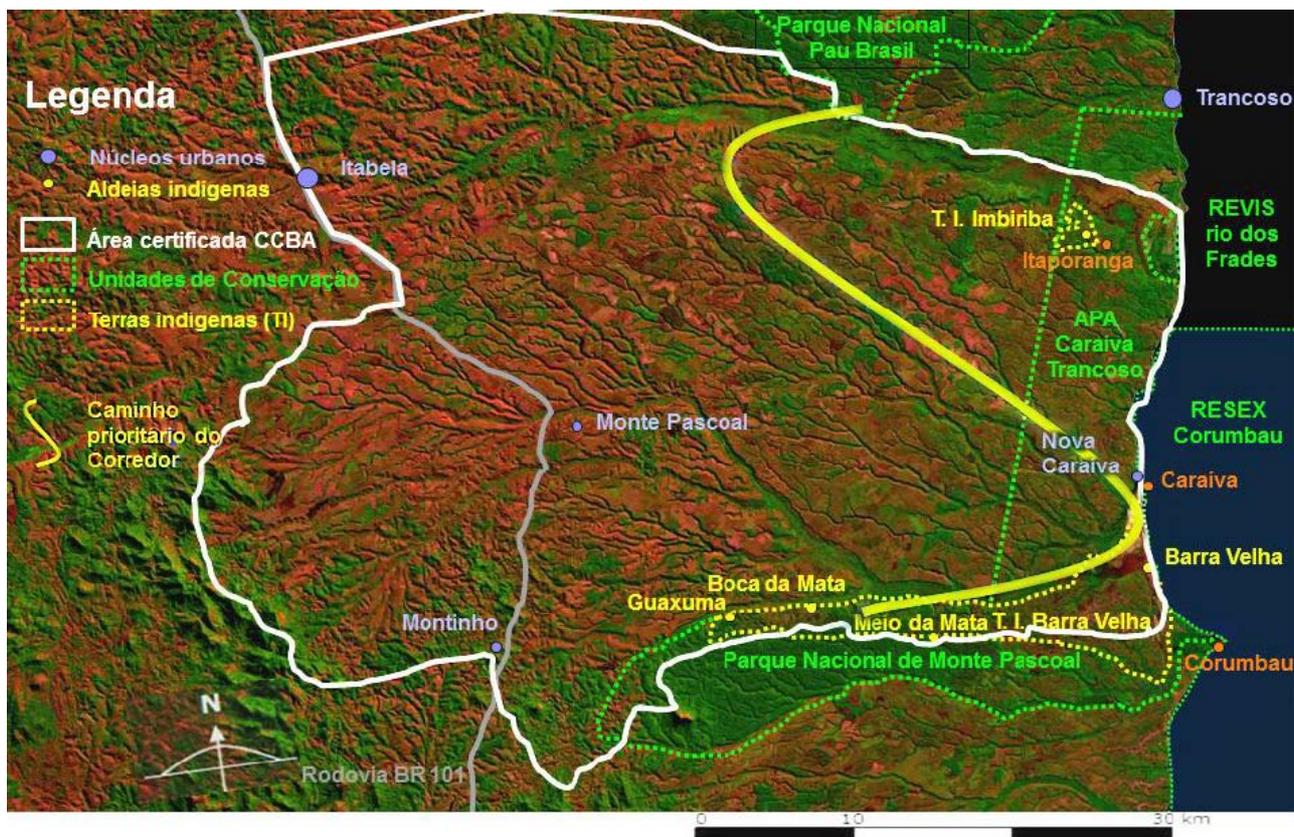
“O movimento começou tudo por Caraíva, sobre as bacias geográficas, o desmatamento [...]. Foi um projeto criado dentro da comunidade, não existia IBIO, nem as grandes ONGs.” Presidente da ASSOCIAÇÃO DOS NATIVOS DE CARÁIVA

Paralelamente, e com pouco envolvimento da comunidade, grandes ONGs conservacionistas internacionais e grupos regionais de conservação têm promovido a iniciativa de corredores ecológicos na Mata Atlântica, proposta originalmente pelo Ministério do Meio Ambiente brasileiro e apoiada pelo Banco Mundial.⁶ Ela visa conectar remanescentes da Mata Atlântica nativa, incluindo fragmentos encontrados em dois Parques Nacionais da Área do Corredor Ecológico Monte Pascoal-Pau Brasil.

Como precisavam incluir uma instituição local, esses grupos abordaram a Associação dos Nativos de Caraíva (ANAC). As grandes ONGs conservacionistas Conservação Internacional (CI) e The Nature Conservancy (TNC) também se envolveram na elaboração do projeto de conservação nessa fase e proporcionaram o financiamento para partes da iniciativa. Também foram recebidas contribuições financeiras das empresas de plantação Veracel e Aracruz, facilitadas pelo grupo regional IBIO, que tem laços estreitos com a Veracel.⁷

⁶ <http://www.conservation.org.br/publicacoes/files/CorredorCentraldaMataAtlantica.pdf>.

⁷ http://www.cepf.net/Documents/final_bioatlantica.pdf.



A TNC propôs a inclusão de um componente de compensação de carbono de cerca de 1.000 hectares na iniciativa de conservação de 24.000 hectares, com o objetivo de restaurar um corredor entre os dois parques nacionais. O financiamento para a criação desse corredor viria da venda de créditos de carbono.⁸ Em 2008, 17 hectares foram restaurados como parte de um contrato de compensação de carbono com a Kraft Foods, a empresa global de alimentos e *Parceira Corporativa* da CI. Em 2009, foi assinado um contrato de carbono de 30 anos com a *Natura Cosméticos*, para a restauração de 250 hectares de “terras degradadas”, que iria armazenar 316 toneladas de CO₂e.

Em 2010, o projeto de compensação foi anunciado como o primeiro projeto de restauração florestal no Brasil a ter recebido a certificação Clima, Comunidade e Biodiversidade, CCB.⁹ Esse padrão é usado por muitos projetos de REDD e outros de compensação de carbono florestal como evidência dos benefícios sociais e ambientais que o projeto supostamente proporciona (ver quadro). O *Projeto de Restauração Florestal Monte Pascoal* recebeu uma distinção especial, o Nível Ouro do CCB, que se destina a indicar que o projeto propicia outros benefícios sociais, além dos requisitos mínimos da certificação.

Embora falem sobre pastagens degradadas e pecuária como causas para a perda de floresta, os documentos oficiais relacionados ao projeto de compensação de carbono e à iniciativa mais ampla de conservação quase nada dizem sobre a *outra* causa importante do desmatamento na região: a

⁸ Ver o quadro 4 “Compensar” emisiones de carbono?, em “*Enmascarando la destrucción: REDD+ en la Amazonía peruana*”, de Joanna Cabello, em <http://wrm.org.uy/>.

⁹ Embora muitos artigos e referências sugiram que todo o *projeto de restauração florestal Monte Pascoal* é certificado pelo CCB, na realidade, a certificação diz respeito apenas aos 17 hectares que foram plantados em conexão com o primeiro de três contratos de carbono assinados com a Kraft Foods. A manchete no site da CI Brasil, por exemplo, diz: “*Projeto de restauração florestal recebe selo CCB no Brasil. Área de 1.000 hectares no Corredor Ecológico Monte Pascoal-Pau Brasil deve remover 360 mil toneladas de dióxido de carbono da atmosfera em 30 anos*”, deixando-se à letra pequena, nos parágrafos finais do anúncio, o detalhe de que o certificado CCB cobre apenas cerca de 17 hectares. <http://www.conservation.org.br/noticias/noticia.php?id=443>, acessado em 2 de agosto de 2013.

rápida expansão das grandes plantações de eucalipto.¹⁰ Entre 1990 e 2010, a área coberta com esses plantios na região cresceu significativamente. Grande parte dessa expansão das grandes plantações de monoculturas ocorreu à custa da Mata Atlântica, e as empresas de papel e celulose – como Veracel e Suzano, as maiores empresas de plantação de árvores que operam na região – têm cumprido um papel significativo na redução da Mata Atlântica aos pequenos fragmentos que restam hoje.¹¹ Durante a década de 1990, por exemplo, a Veracel teve suas atividades suspensas por causa de seu envolvimento com o desmatamento.¹²

“Toda essa região do Monte Pascoal ao Jequitinhonha era uma grande floresta, até os anos 80. Aí começaram a chegar grupos, disfarçados de reforma agrária, mesmo antes de existir o MST. Entravam nas florestas, derrubavam tudo, plantavam um pouco de capim, botavam duas ou três vacas e vendiam as madeiras nas serrarias da região. Ironicamente, essas áreas, hoje, são todas monocultura de eucalipto. Foi uma técnica de ocupação das áreas da União, que depois de ser desmatadas e descaracterizadas, foram vendidas às empresas de celulose para plantar eucalipto.”



Plantação da Veracel, Bahia - foto Toni Ormundo.

Um exame dos principais atores internacionais por trás da iniciativa de conservação, bem como do *projeto de compensação de carbono Monte Pascoal*, pode ajudar a explicar por que uma das principais causas do desmatamento – a conversão de Mata Atlântica em grande monocultura de eucalipto – parece ter sido *estruturalmente* esquecida na documentação do projeto de compensação:

¹⁰ <http://www.mo.be/en/article/sustainable-paper-eucalyptus-plantations-bahia-brazil> e filme *Sustentável no papel* <http://vimeo.com/50781178>.

¹¹ CEPEDES (2008): Violações Socioambientais promovidas pela Veracel Celulose, propriedade da Stora Enzo e Aracruz Celulose. http://wrm.org.uy/oldsite/paises/Brasil/CEPEDES_2008.pdf.

¹² Certificação da Veracel pelo FSC. Documento do WRM: <http://wrm.org.uy/actions-and-campaigns/new-briefing-on-fsc-certification-of-plantations/>.

as grandes ONGs conservacionistas, que são as principais defensoras do projeto, têm laços estreitos com a Veracel, a maior empresa de plantações na região.

O **Instituto BioAtlântica (IBio)** foi criado em fevereiro de 2002, como resultado de uma série de diálogos entre seus membros fundadores, a Conservação Internacional, a Aracruz Celulose, a Petrobras, a Veracel Celulose e a Dupont do Brasil. Em 2004, a TNC e a Fibria, sucessora da empresa de papel e celulose Aracruz e co-proprietária da Veracel se juntaram ao IBIO. Entre os membros do Conselho Consultivo estão Erling Lorentzen, ex-proprietário da Aracruz Celulose, e um dos empresários mais polêmicos e ricos do Brasil, Eliezer Batista.¹³ A **Conservação Internacional (CI)** é uma das maiores organizações conservacionistas do mundo. Seu CEO ganha 464.500 dólares por ano¹⁴ e seus “parceiros corporativos” incluem BHP Billiton, Bunge, Cargill, Chevron, Coca-Cola, Goldman Sachs, Kimberly-Clark, Kraft Foods, McDonald’s, Monsanto, Newmont Mining Corporation, Rio Tinto e Shell.¹⁵ No Brasil, a CI está envolvida em uma série de iniciativas de conservação relacionadas ao mercado de carbono, incluindo o *Corredor Ecológico Monte Pascoal-Pau Brasil* e o *Projeto Jogos Verdes*, uma iniciativa que tem como objetivo compensar as emissões de carbono dos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro, restaurando cerca de 5.400 hectares na Bacia do Guandu, no mesmo estado.¹⁶ A CI também convocou a Climate, Community & Biodiversity Alliance (CCBA), que desenvolveu, entre outros, o padrão CCB, pelo qual 17 hectares do *projeto de compensação por REDD Monte Pascoal* são certificados. A TNC e a CI também estão entre as mais ativas promotoras dos mercados de carbono em geral e, em particular, da inclusão de atividades de conservação florestal nesses mercados. Projetos de conservação de carbono com envolvimento da CI, dos quais já se documentaram oposição local ou cálculos de carbono ardilosos, incluem, **entre outros**, um projeto de REDD na província de Kivu do Norte, na RDC, que vendeu créditos de carbono à empresa Walt Disney,¹⁷ o projeto de REDD Alto Mayo, no Peru, também com vendas para a Walt Disney,¹⁸ o projeto Central Cardamom Protected Forest, no Camboja,¹⁹ e o projeto Makira Forest REDD, em Madagascar.²⁰ O *Washington Post* descreve a *The Nature Conservancy (TNC)* como “o mais rico grupo ambiental do mundo, acumulando 3 bilhões de dólares em ativos ao se comprometer a salvar lugares preciosos. Mas, recentemente, o grupo alinhou-se em estreita colaboração a grandes corporações. Além da conservação da terra, realizou perfuração, exploração de madeira e construções. Sua abordagem a levou a se aliar a estranhos companheiros”.²¹ BP, Chevron, ExxonMobil e Shell estão representadas no seu Conselho Empresarial e ela paga 561.000 dólares por ano a seu CEO.²² A TNC também é membro da Climate, Community & Biodiversity Alliance e investiu 5 milhões de dólares no Fundo de Carbono da Parceria para o Carbono Florestal do Banco Mundial, uma importante iniciativa para promover o REDD como mecanismo do mercado de carbono. Projetos de conservação de carbono com envolvimento da TNC para os quais já se documentaram oposição local ou cálculos de carbono ardilosos incluem seu projeto de compensação de carbono florestal de Guaraqueçaba, na região costeira do Paraná, no sul do Brasil, com verbas de Texaco-Chevron, General Motors e American

¹³ <http://ibio.org.br/quem-somos/conselho-consultivo/?lang=en>, acessado em 12 de agosto de 2013.

¹⁴ <http://www.charitynavigator.org/index.cfm?bay=search.summary&orgid=3562#.Ug5BdJJkOAg>.

¹⁵ <http://www.redd-monitor.org/2011/05/12/conservation-international-%E2%80%9Ccare-they-any-more-than-a-green-pr-company%E2%80%9D/>.

¹⁶ http://www.conservation.org/Documents/CI_Brazil_Atlantic-Forest.pdf.

¹⁷ <http://www.redd-monitor.org/2011/09/02/a-very-different-kind-of-walt-disney-production-conservation-internationals-redd-project-in-the-democratic-republic-of-congo/>.

¹⁸ <http://www.redd-monitor.org/2013/04/26/disneys-commitment-to-mickey-mouse-redd-conservation-internationals-trick-baseline-for-the-alto-mayo-project-in-peru/>.

¹⁹ <http://www.redd-monitor.org/2012/04/25/conservation-international-illegal-logging-and-corruption-in-the-cardamoms-cambodia/>.

²⁰ <http://www.redd-monitor.org/2010/09/28/voices-from-madagascars-forests-the-strangers-theyre-selling-the-wind/>.

²¹ <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/nation/specials/natureconservancy/>.

²² <http://www.charitynavigator.org/index.cfm?bay=search.summary&orgid=4208#.Ug5DCJkOAg>.

Electric Power, em troca de créditos de carbono²³ e o projeto-piloto de REDD Noel Kempff, na Bolívia.²⁴ A **Rainforest Alliance (RA)** é uma das maiores no ramo da certificação de uso da terra, inclusive por meio de seu próprio selo, como certificadora credenciada pelo Conselho de Manejo Florestal (FSC, na sigla em inglês), o CCB, o Verified Carbon Standard (VCS) e outros padrões de carbono. Entre os projetos de REDD polêmicos envolvendo a RA como certificadora estão o Projeto de Carbono Florestal Suruí, no Brasil, o projeto de REDD Madre de Dios, no Peru, o projeto Carbono Comunidade Sofala, em Moçambique,²⁵ e o primeiro projeto de REDD amplamente comercializado a deixar sua certificação CCB expirar, o projeto de REDD Ulu Masen, na Indonésia.

O que o projeto de REDD pretendia alcançar?

Os objetivos do projeto de compensação de carbono são descritos no documento da Iniciativa Corredor Ecológico Monte Pascoal-Pau Brasil: Carbono, Comunidade e Biodiversidade que foi submetido à certificação CCB. Este documento de projeto trata do trabalho de restauração de 17 hectares realizado como parte do primeiro contrato de carbono, mas sugere que outras áreas, como os 250 hectares que fazem parte do contrato de carbono com a Natura, seriam manejadas com o mesmo objetivo e que mais contratos seriam assinados para permitir a recuperação de 1.000 hectares através de financiamento de compensação de carbono, e essas áreas adicionais também buscariam a certificação CCB.

O documento afirma que “*o principal objetivo da atividade do projeto é restaurar a integridade ambiental da área, especificamente:*

- *contribuir para a mitigação das mudanças climáticas aumentando os estoques de carbono por meio do crescimento de árvores plantadas e do reforço da regeneração natural;*
- *proporcionar valiosas habilidades técnicas, trabalho e renda às comunidades locais;*
- *promover a biodiversidade por meio da criação de áreas florestais conectadas entre os Parques Nacionais de Monte Pascoal e Pau Brasil;*
- *aumentar a qualidade e estabilizar o fluxo das águas do rio Caraíva por meio da recuperação e da proteção de nascentes e zonas ribeirinhas;*
- *reduzir a erosão do solo.”*

O documento do projeto afirma ainda que “*uma cooperativa local irá realizar as atividades de restauração, incluindo plantio e manutenção*” e que “[*n*]ovas oportunidades de trabalho serão criadas pelo projeto para os membros da comunidade local, que serão pagos por suas contribuições em mão de obra. Essas oportunidades incluirão as atividades de reflorestamento (coleta de sementes, produção de mudas, plantio, manutenção) realizadas através da cooperativa local Cooplantar, como atividades de monitoramento (carbono, biodiversidade, comunidade). Todas as atividades de monitoramento socioeconômico serão realizadas por membros de associações comunitárias locais”.²⁶

²³ <http://www.pbs.org/frontlineworld/stories/carbonwatch/moneytree/>, <http://www.redd-monitor.org/2012/06/07/community-voices-on-the-nature-conservancys-guaraquecaba-climate-action-project-were-suffering-here-to-help-them-over-there/>.

²⁴ <http://www.greenpeace.org/international/en/publications/reports/carbon-scam-noel-kempff-carbo/>.

²⁵ <http://www.redd-monitor.org/2013/06/18/carbon-discredited-new-report-on-envirotrades-nhambita-carbon-project-in-mozambique/>.

²⁶ https://s3.amazonaws.com/CCBA/Projects/The_Monte_Pascoal-Pau_Brasil_Ecological_Corridor/cpa_dd_caraiva.pdf.

O relatório²⁷ da auditoria de certificação realizada pela Rainforest Alliance (RA) para o CCB afirma que o projeto recebeu uma distinção especial, o Nível Ouro do certificado, e que esta distinção foi concedida em função das contribuições sociais dos projetos. Em particular, o relatório da RA menciona “*uma lista de atividades que serão implementadas em conjunto com as comunidades locais, com o objetivo de aumentar o seu conhecimento sobre o projeto e outras questões, como planejamento de paisagem e administração cooperativa*”; “*todas as atividades propostas visam aumentar a conscientização das comunidades sobre o projeto e considerar a participação direta dessas comunidades na concepção, no acompanhamento e na execução de projetos*”; “*durante a auditoria de campo, ficou claro que os representantes das comunidades estão muito envolvidos na concepção do projeto, que se baseia nos costumes locais*”; “[*t*odos os empregos para a implementação das atividades do projeto serão ocupados por representantes das comunidades locais”.

Outro padrão de certificação - desta vez, para o REDD

Em 2003, a Conservação Internacional convocou a Climate, Community & Biodiversity Alliance (CCBA), descrevendo a iniciativa como uma “parceria entre importantes empresas e ONGs em busca de promover o desenvolvimento da proteção das florestas e atividades de restauração em todo o mundo que propiciem significativos benefícios em termos de clima, comunidade local e biodiversidade”.²⁸ Entre os membros da CCBA estão seis empresas (BP, Intel, SC Johnson, Sustainable Forestry Management, Weyerhaeuser e GFA Envest) e cinco ONGs (Conservação Internacional, CARE, Rainforest Alliance, The Nature Conservancy e Wildlife Conservation Society).

Um conjunto de critérios desenvolvidos sob o guarda-chuva da CCBA e publicado como o padrão CCB se tornou a certificação mais usada para REDD e outros projetos de compensação de carbono florestal. Pouco mais de 100 projetos haviam sido listados no banco de dados do projeto CCB até agosto de 2013, dos quais mais de 70 haviam recebido o certificado, cerca de 20 estavam passando por auditorias e cerca de 10 haviam deixado o certificado expirar ou se retiraram do processo. O certificado CCB se tornou uma espécie de pré-requisito para a bem-sucedida venda de créditos de projetos de REDD no mercado voluntário de carbono:

“Na verdade, não é rentável, mas se você não tem certificação, você não tem empresas comprando créditos de carbono. O preço que se paga por selo de carbono na época não paga nem a restauração.”

Em 2012, a Swedish Society for Nature Conservation, SSNC, publicou um relatório²⁹ que confirmava uma sensação muito generalizada de que a certificação CCB tem as mesmas deficiências dos sistemas usados por empresas de plantação de árvores (FSC) e dendê (RSPO) para certificar suas plantações: proporciona uma cortina de fumaça àqueles que buscam a certificação e pagam pelo certificado, em vez de dar uma garantia credível de que as normas estejam sendo cumpridas ou que os benefícios prometidos para as comunidades tenham sido prestados.

²⁷ https://s3.amazonaws.com/CCBA/Projects/The_Monte_Pascoal-Pau_Brasil_Ecological_Corridor/The_Nature_Conservancy_Brazil_CCB_valid_assess_09.pdf.

²⁸ <http://www.climate-standards.org/2009/04/16/launch-of-forest-carbon-standards-in-new-languages-reaches-key-audiences/>.

²⁹ SSNC (2012): REDD Plus or REDD “Light”? Biodiversity, communities and forest carbon certification. <http://www.naturskyddsforeningen.se/sites/default/files/dokument-media/REDD%20Plus%20or%20REDD%20Light.pdf>.

O projeto atingiu seus objetivos de restaurar florestas e cumprir as promessas de benefícios à comunidade?

O projeto *Monte Pascoal de compensação de carbono*, ligado ao contrato de carbono de 250 hectares com a Natura Cosméticos, está atualmente em “fase de espera”. Até o momento, apenas 56 hectares dos 250 contratados foram restaurados. Duas razões são apresentadas para a “espera” que o projeto de compensação de carbono Monte Pascoal enfrenta atualmente:

Em primeiro lugar, a dificuldade de convencer proprietários de terra suficientes a realmente se inscrever no projeto. Em grande parte, essa dificuldade se deve a mudanças na legislação florestal brasileira, que entraram em vigor em 2012. Até então, os proprietários de florestas eram obrigados a registrar e manter protegida uma certa porcentagem de suas terras. Na região de Mata Atlântica, a porcentagem de terra a ser protegida chegava a 20%, e as áreas próximas a nascentes e margens de rios tinham que ser mantidas nas chamadas APPs. No contexto do REDD, a TNC e a CI têm argumentado que, considerando-se que muitos proprietários de terra estavam violando a obrigação legal de restaurar, proteger e registrar a floresta, como exigido pela lei, os projetos de compensação de carbono deveriam ser usados como “incentivo” para aumentar o armazenamento de carbono nas florestas e pagar os proprietários de terra para restaurar as terras que estes eram obrigados, por lei, a manter ou restaurar como floresta. Muitos criticaram este argumento como sendo um incentivo perverso: em vez de fazer com que aqueles que violam a lei paguem, paga-se a eles um “incentivo” para que cumpram a lei.

O *projeto de reflorestamento de carbono Monte Pascoal* se baseou neste mesmo argumento apresentado pelos grupos de conservação no Brasil, mas, na sequência de alterações à legislação florestal que foram adotadas em 2012, eram poucos os proprietários privados de terras que queriam se envolver no projeto de restauração de carbono. O novo código florestal reduziu o tamanho das áreas a ser restauradas e dispõe sobre o apoio do Estado na restauração, se proprietários registrarem as terras conforme necessário. Devido a essas alterações, a nova legislação prevê a mesma impunidade em relação a violações passadas da lei que a compensação de carbono havia prometido, e a motivação para os proprietários de terras privadas se envolverem na iniciativa a restauração de carbono desapareceu.

“Muitos proprietários na época tinham entusiasmo em entrar neste projeto, tinha uma propriedade privada com 10 mil hectares, a fazenda Palmares. O proprietário tinha concordado ceder as áreas para fazer restauração. Quase todos os projetos poderiam ter sido feitos aí. Mas o proprietário se retraiu, declinou a proposta, ao pensar que as suas obrigações legais de preservação poderiam ser muito menores.” Representante do IBIO

Em segundo lugar, o padrão CCB fez alterações nas metodologias e critérios a ser cumpridos por projetos de compensação de carbono que busquem a certificação CCB. O padrão CCB atualizado exige que as terras incluídas no projeto de reflorestamento tenham sido desmatadas antes de 1990, uma mudança que visa evitar o incentivo perverso de cortar a floresta e, pouco depois, incluí-la em um projeto de compensação de reflorestamento.

No momento em que os proprietários privados de terras que haviam indicado anteriormente interesse em participar retiraram sua oferta de envolvimento no projeto quando a legislação florestal foi alterada, o projeto começou a ficar sem terras que pudessem ser restauradas para a conclusão do contrato de carbono com a Natura Cosméticos. Houve também dificuldades de encontrar terrenos que cumprissem as novas exigências do padrão CCB.

“Nosso grande erro estratégico foi não ter dimensionado que, se o proprietário não aceitasse, se outras empresas não viessem, se o Código Florestal não tivesse sido remanejado, a gente teria êxito, não ia ganhar dinheiro, mais tinha vários projetos de restauração acontecendo. Nada disso aconteceu e agora estamos nessa situação desconfortável de não estar entregando o produto que a Natura comprou.” Representante do GRUPO AMBIENTAL NATUREZA BELA

O único proprietário de imóvel que estava demonstrando interesse em fornecer terras para o projeto foi a empresa de celulose e papel Veracel, que já tem envolvimento com o projeto. Uma brochura descrita como “estudo de caso” na página do “New Generations Plantation Project” é intitulada “*Veracel Celulose. Forest restoration, carbon storage and income generation: Monte Pascoal-Pau Brasil Ecological Corridor*”.³⁰ Uma consultoria, a Way Carbon, foi contratada em fevereiro de 2013 para determinar se as áreas em terras da Veracel poderiam ser elegíveis sob as novas regras do CCB.

A inclusão dessas áreas no projeto de compensação de reflorestamento financiado através do contrato com a Natura Cosméticos levantaria uma série de questões adicionais e é polêmica até mesmo entre os defensores da iniciativa de carbono e conservação. Como observou um ativista local entrevistado durante o trabalho de campo para este artigo, “*a Veracel tem compromissos sociais e ambientais com o território, que têm que ser cumpridos porque ela está ganhando muito dinheiro no território. A empresa tem obrigações legais para recuperar áreas*”.

Além dos problemas de usar a terra da Veracel por causa da obrigação legal da empresa para com a restauração da terra degradada, há também a questão da aparência pública: o que diriam as comunidades locais, a imprensa internacional e o comprador dos créditos de carbono se uma das maiores empresas de plantações do país estivesse sendo paga por meio de um projeto de compensação de carbono para restaurar terras degradadas quando suas plantações de árvores transformaram algumas centenas de milhares de hectares de terra em “deserto verde”?

Uma outra complicação surgiu porque o uso da terra da Veracel também exigia que o projeto de compensação de carbono mudasse sua história sobre o que teria acontecido sem sua implementação: a documentação original usa o argumento de que, sem o projeto de restauração de carbono, a terra continuaria a ser usada como pasto, e o gado pastando impediria o reflorestamento das áreas degradadas. Mas não há criação de gado na terra que a Veracel ofereceu para a restauração e, em algumas áreas, está ocorrendo regeneração natural. “*Este é um ponto de fragilidade do novo projeto, que deve ser cuidadosamente avaliado*”, comentou um proponente do projeto. Ao mesmo tempo, a pressão para encontrar áreas adequadas para cumprir a obrigação contratual é visível:

“Temos um projeto contratado pela Natura e se precisa prestar contas dos valores que foram captados. A empresa está comprando tantas toneladas de carbono, ela não quer saber – quem vai saber é o certificador – se 100% é em áreas de proprietários rurais, ou de uma empresa, ou assentamento. Ela está comprando carbono”. Esta abordagem está em nítido contraste com as preocupações levantadas pelos moradores locais, que temem ter que lidar com as consequências de longo prazo se algo der errado com as árvores plantadas para o projeto de carbono: “*O comprador de créditos de carbono que é a Natura faz xampu e outras coisas, e ganha altos dinheiros; eles só se interessam pelo tal de certificado. Se daqui a 30 anos não der certo, se não tiver monitoramento, a Natura pode chegar e cobrar ‘onde está o plantio?’, e o nome da ANAC está lá, nós estamos aqui, mas o IBIO está no Rio de Janeiro.*” PRESIDENTE da ANAC

No momento em que este texto era escrito, nenhuma decisão havia sido anunciada sobre a localização das áreas que faltam ser restauradas sob o contrato de carbono com a Natura Cosméticos. Mas os problemas do projeto vão além de ter ficado sem terras para cumprir as obrigações assinadas por meio do contrato de compensação de carbono e do risco de o carbono ser liberado muito tempo depois de as organizações conservacionistas terem seguido em frente e as associações comunitárias locais, deixado de assumir a responsabilidade.

³⁰ http://newgenerationplantations.com/pt/pdf/climate_south_brazil_carbon.pdf.

Presos à previsão de um futuro que muda de repente

Cada projeto de compensação de carbono tem que descrever uma história sobre o que teria acontecido na terra sem esse projeto. Essas histórias afirmam mostrar o uso mais provável da terra e incluem um cálculo das emissões que teriam sido produzidas sem a compensação.³¹ A seguir, esse cálculo é comparado com as emissões de carbono esperadas se a compensação for implementada como descrito nos documentos do projeto. A diferença entre esses dois cálculos é o número de créditos de carbono que o projeto pode vender. Muitas vezes, no mercado voluntário de carbono, o comprador de créditos paga antecipadamente e os recebe quando o projeto for implementado e auditado (“validado e verificado”, na linguagem do mercado de carbono). Um padrão chamado VCS, Verificado Carbon Standard, é o mais usado para esses cálculos de carbono em projetos de REDD.

Os riscos associados à contratação antes da implementação do projeto, bem como às contradições nos cálculos de carbono, são múltiplos e levaram à descrição de que as *“compensações são uma mercadoria imaginária, criada deduzindo-se o que se deseja que aconteça daquilo que se acha que teria acontecido”*.

No caso das compensações de carbono florestal, surgem outros riscos porque o carbono armazenado temporariamente em uma árvore ou no solo pode ser liberado a qualquer momento na atmosfera. Mas o carbono na árvore ou no solo foi concebido para armazenar o carbono fora da atmosfera por centenas, senão milhares, de anos, porque se vendeu um crédito de carbono para que o comprador possa afirmar que suas emissões provenientes da queima de combustíveis fósseis não têm impacto negativo sobre o clima. Essa afirmação se torna nula e sem efeito quando o carbono da árvore é liberado.

Outra contradição, ou mesmo incentivo perverso, dos projetos de compensação de REDD é que, para que seja um projeto de compensação, os proprietários da terra têm que descrever suas atividades como uma ameaça à floresta.³² No caso de muitos projetos de REDD envolvendo as comunidades que dependem da floresta, isso significa que estas comunidades que a têm protegido por gerações devem descrever o uso que fazem dela como um risco à própria floresta: Porque se não houver nenhum risco de destruição florestal, não haverá história hipotética a ser feita sobre o carbono na floresta em risco de ser liberado para a atmosfera. E sem essa descrição de que a floresta vem sendo destruída, não há carbono a ser salvo nem créditos de carbono a ser vendidos. Essa é uma pressão perversa sobre as comunidades que dependem da floresta para que descrevam a si mesmas e seu uso da terra como um risco a essa mesma floresta. Esta pressão já está alimentando o mito perigoso de que essas comunidades são um dos agentes mais importantes do desmatamento.

O caso do projeto Monte Pascoal mostra uma outra forma de incentivo perverso que, no final, também se voltou contra seus proponentes: o argumento para o projeto de compensação foi de que os proprietários privados de terras vinham descumprindo a lei que exigia proteção ou restauração de uma determinada porcentagem de sua terra. A lei foi amplamente descumprida, auxiliada por corrupção institucional e órgãos fiscalizadores fracos. O projeto de compensação de carbono propunha pagar os

³¹ No caso da plantação de árvores e de outros projetos de REDD, os cálculos produzem um número sobre quanto carbono adicional é absorvido e armazenado nas árvores. Assim, o número dos créditos de um projeto é equivalente à quantidade de carbono extra armazenado nas árvores plantadas ou não cortadas como previsto. Para mais detalhes, ver *Trading Carbon. How it works and why it is controversial*. www.fern.org

³² Ver, também *“Enmascarando la destrucción: REDD+ en la Amazonía peruana”*, de Joanna Cabello, sobre as implicações dessa exigência para as comunidades que estão praticando agricultura de coivara, em <http://wrm.org.uy/>.

proprietários de terras privadas para que cumprissem a lei – um incentivo perverso em um contexto em que a própria lei é boa, mas sua aplicação é fraca. O projeto de compensação reduziria ainda mais o cumprimento da lei (por que cumprir, se o descumprimento é pago...?) e em nada contribuiria para o fortalecimento das agências de fiscalização. Em vez disso, proporcionaria impunidade àqueles que descumprissem a lei.

Foi essa argumentação, de que a lei não era cumprida de qualquer maneira, que serviu de base para o *projeto de compensação Monte Pascoal*, e a qual a Rainforest Alliance aceitou como descrição credível sobre o que teria acontecido sem o projeto, ao qual a RA concordou que deveriam ser concedidos os créditos de carbono.

Outro projeto de compensação de carbono envolvendo plantações de árvores, o projeto de compensação *Plantar*, no estado de Minas Gerais, promovido pelo Fundo Protótipo de Carbono, do Banco Mundial, mudou sua história sobre o que teria acontecido sem a compensação três vezes antes de ela ser finalmente considerada suficientemente credível para atender aos padrões do organismo que registrou o projeto (ver Boletim 151 do WRM, de fevereiro de 2010).

Como mostra o *projeto de compensação de carbono Monte Pascoal*, é arriscado assinar contratos jurídicos com base nessas histórias hipotéticas sobre o que teria acontecido, já que a história usada para calcular o número de créditos de carbono a ser vendidos pode muito bem estar errada. No entanto, com base nessa história, o comprador do crédito de carbono pode afirmar que suas emissões de carbono não tiveram impacto negativo sobre o clima.

Interesses da comunidade: os primeiros a ser descartados

Proporcionar habilidades técnicas, trabalho e renda às comunidades locais, onde o turismo e a pesca artesanal eram, em geral, as únicas fontes de renda para os moradores, foram citados como componentes centrais do *projeto de reflorestamento Monte Pascoal*. Em uma entrevista com a jornalista Patricia Grinberg em abril de 2013, Luis Paulo Pinto, da CI Brasil, descreveu a importância da Coopplantar, explicando que “*um dos objetivos era criar alternativas de trabalho e renda associadas a uma estratégia ambiental, ajudar a estruturar uma cooperativa e inseri-los dentro do mercado..[..]. Ao institucionalizar-se, os trabalhadores da cooperativa começaram a ter direitos legais, refeição, usar equipamentos adequados para o trabalho em campo, tiveram uma preparação que os habilita a trabalhar em qualquer projeto de restauração de vegetação*”.

Entre as razões para a atribuição do certificado CCB Nível Ouro ao projeto, a Rainforest Alliance também afirmou que “*todos os postos de trabalho para a implementação das atividades do projeto serão preenchidos por representantes das comunidades locais*”. E um artigo na revista *Ecological Restoration* intitulado “*COOPLANTAR: A Brazilian Initiative to Integrate Forest Restoration with Job and Income Generation in Rural Areas*” descreve a cooperativa local como “*uma cooperativa especializada na restauração da Mata Atlântica no Corredor Ecológico Monte Pascoal-Pau Brasil, no sul da Bahia, Brasil, e proporciona emprego e renda aos membros de comunidades carentes locais*”.³³

Assim, a COOPLANT, a cooperativa local, criada com o objetivo de realizar o reflorestamento, plantio de árvores e trabalho de manutenção para o *projeto Monte Pascoal*, cumpriu um papel importante na justificação da distinção do certificado CCB Nível Ouro, bem como no material de relações públicas sobre o projeto. E, embora a iniciativa certamente tenha proporcionado um pouco de formação e habilidades na plantação e manutenção de árvores e, inicialmente, algum emprego e

³³ <http://er.uwpress.org/content/28/2/199.abstract>.

renda, muitos cooperados estavam desempregados no momento da pesquisa para este artigo, outros tinham começado a ocupar postos de trabalho como diaristas nas fazendas de gado, nas plantações de café ou pimenta caiena, ou na indústria do turismo.

O trabalho na Coopplantar tinha se esgotado quando ela se envolveu em uma disputa com o Tribunal Regional do Trabalho sobre o emprego de não membros da cooperativa no serviço que prestava para o projeto de reflorestamento (a legislação trabalhista não permite que a cooperativa subcontrate mão de obra de não membros).

E, embora o envolvimento da cooperativa continue a ser destaque no material de relações públicas, os moradores entrevistados durante o trabalho de campo para este artigo expressaram sua decepção sobre o desinteresse dos grupos de conservação em apoiar a cooperativa para resolver a disputa com o Tribunal de Trabalho.

“Nós somos 34 cooperados, 30 dos quais faziam trabalho de campo. Tivemos que contratar outros 30 trabalhadores, com carteira assinada, totalizando 60 pessoas trabalhando.[...] Foi então quando a Procuradoria do Trabalho com sede em Eunápolis determinou que a cooperativa não pode ser intermediária de mão de obra. Aí o IBIO ficou receoso.” PRESIDENTE DA COOPLANTAR

JOSÉ FRANCISCO JUNIOR, da *Natureza Bela*, um dos membros fundadores da Coopplantar, declara com naturalidade que *“agora, se amanhã aparecer um proprietário rural dizendo: tenho 100 hectares elegíveis para restaurar e a Coopplantar está inoperante, podemos contratar uma empresa qualquer.”* Questionado sobre o impacto da contratação de uma empresa que não a Coopplantar, Junior concordou: *“É verdade, esse detalhe faz parte da certificação CCB. Porque aí seria beneficiada uma empresa e não uma cooperativa de trabalhadores. O ideal seria que a Coopplantar continuasse a trabalhar”*.

Na mesma linha da *Natureza Bela*, Luis Paulo Pinto, da CI, também parece considerar a disputa uma questão para a cooperativa resolver por conta própria: *“É natural, sempre tem o entusiasmo inicial, depois tem um desgaste, essa questão trabalhista foi inesperada, eles podem parar aqui ou ir para frente. Pode ser que um grupo da cooperativa faça uma empresa, as pessoas têm que assumir e seguir em frente”*. Sua visão sobre quem é responsável por garantir que a cooperativa local, à qual foi atribuído um papel central nos documentos do projeto elaborado pelos grupos de conservação, reerga-se é repetida pelo representante de projeto do IBIO: *“Não vamos resolver as problemáticas de todas as comunidades. A ANAC e ASBENC participaram da fundação da COOPLANTAR, que foi fundada porque não havia condição de fazer trabalho legal através das associações”*.

Ainda assim, as associações locais ANAC e ASBENC se sentem igualmente excluídas, comentando que a única contribuição sua que resta no projeto é o seu nome e sua assinatura na documentação:

“Foram cortando do orçamento as metas que seriam da ANAC e da ASBENC, que era estar visitando os plantios, monitorando, era uma meta das duas associações, mais deixou de acontecer.” PRESIDENTE ANAC -PESCADOR

Para o IBIO, a razão para esse afastamento em relação aos grupos locais é identificada rapidamente: *“O trabalho de ANAC e ASBENC ficou pequeno, então nosso desafio é pensar projetos para essas pequenas associações, projetos de educação, benefícios para aquelas comunidades, cultura; só que essa não é nossa área específica. Quando a gente tiver uma rede melhor estruturada, voltará a incluir a ANAC e ASBENC com papel de mais protagonismo”*.

Outro componente social do projeto foi a instalação de computadores públicos com acesso à internet. A história do que aconteceu com a *LAN house*, o acesso público à Internet instalado como parte do projeto, lembra a de muitas promessas feitas por projetos de responsabilidade social corporativa de construir escolas ou hospitais – parte do material (no caso, *hardware*) é fornecido,

mas, tão logo os problemas surgem, o projeto é abandonado, deixado para que outros deem continuidade: Como parte do projeto de compensação de carbono, foram instalados computadores de uso público com acesso à internet na sede da associação local ANAC. Muitos moradores locais começaram a usar o serviço, uma vez que ele era o único acesso público à internet na aldeia (os serviços de internet tinham chegado com os turistas e seus *laptops*, mas o acesso continuava indisponível para os moradores). Depois de algum tempo, os computadores foram desligados porque pararam de funcionar por causa da falta de proteção das máquinas contra o ar úmido e salgado, típico de zonas costeiras. Mais tarde, os computadores e o acesso à internet foram restabelecidos nos escritórios da ANAC, mas não com a ajuda do projeto de compensação de carbono, e sim com apoio da agência federal ICMBIO, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

O que resta dos benefícios colaterais locais que o projeto de compensação de carbono Monte Pascoal proporcionaria?

A visita de campo a este projeto de compensação de carbono florestal tão anunciado e certificado revelou ainda outro projeto dessa natureza que não cumpre as promessas feitas às comunidades locais. Os problemas mostrados pelo *projeto de compensação florestal Monte Pascoal* são sistemáticos em projetos de compensação baseados em REDD: o projeto oferece benefícios pouco numerosos e, principalmente, temporários, às comunidades cujas necessidades reais permanecem sem solução, enquanto um dos maiores agentes de desmatamento da região, a empresa de papel e celulose Veracel, proprietários privados – muitas vezes, ausentes – de terras e organizações de conservação acabam por ser os principais beneficiários do projeto.

Como comentou um ativista comunitário na região de Caraíva: “São campanhas momentâneas e não ações estruturantes que sirvam não somente para certificação da Veracel, ou da Petrobras, ou do mercado de carbono, mas para empoderar as comunidades. [...] As grandes ONGs ambientalistas só dão participação às comunidades quando precisam de atores locais para legitimar os condicionantes socioambientais dos projetos. Essas comunidades têm carências básicas de perspectiva de vida. Com um território tão rico, marinho, terrestre, com uma das maiores biodiversidades do planeta, o jovem hoje, no extremo sul da Bahia, termina o segundo grau e não tem perspectiva, só pensa migrar para São Paulo para ganhar dinheiro, enquanto seu território está sendo exaurido pelo capital da Suécia e da Finlândia”.³⁴ Esta realidade permanece inalterada e incontestada, e possivelmente, até mesmo reforçada por meio do projeto de compensação de carbono florestal. A pesquisa também forneceu mais evidências de que os padrões de certificação, como o CCB, são incapazes de oferecer qualquer garantia de qualidade real.

As entrevistas com membros da comunidade local também trouxeram outra confirmação preocupante de que as informações fornecidas pelos proponentes de projetos de REDD e outros de compensação de carbono, quando buscam o apoio da comunidade para essas atividades, parecem parciais. Não se apresentam explicações suficientes sobre o fato de que esses créditos de compensação são usados pelas empresas para justificar as emissões adicionais acima do limite legal (se os créditos são vendidos em um mercado de conformidade como os ETS da União Europeia ou o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Kyoto, o MDL) ou para fazer lavagem verde nas operações poluentes de uma empresa. Questionado se sabia que esses créditos de carbono foram vendidos a empresas que, depois, afirmam “compensar” essa poluição com os créditos de carbono que compram a partir de projetos como o de *compensação florestal Monte Pascoal*, um morador local que havia participado de reuniões sobre o projeto respondeu: “Não acho certo isso aí, eu estava no Fórum de Educação Ambiental em Salvador e se discutiu isso. O fabricante de

³⁴ Referindo-se a Veracel, a empresa de papel e celulose que opera uma grande fábrica de celulose e mais de 100.000 hectares de plantações de monoculturas de eucaliptos na região. A empresa é uma *joint venture* entre a brasileira Fibria e a sueco-finlandesa Stora Enso.

carros não se conforma com vender mil carros por ano, quer vender 10 mil, o produtor não se conforma com ter mil pés de café, quer ter 20 mil, aí gasta mais água da união para irrigar os cafezais e o cidadão quer ter um carro para ele, outro para esposa, outro para o filho... Isso não é correto. É como jogar o lixo no rio que depois vá para outra cidade.”

O projeto de reflorestamento de carbono Monte Pascoal parece refletir o padrão do REDD como uma iniciativa de cima para baixo: Apresenta-se à comunidade uma proposta pronta que raramente irá tratar de suas reais necessidades, porque seus membros não estiveram envolvidos nas fases de concepção do projeto, e o ritmo e os prazos não estão em sintonia com os da comunidade. Os benefícios para as comunidades são considerados “benefícios colaterais”, em vez de serem o objetivo central e ponto de partida do projeto. O comentário de um representante do IBIO sugere que isso pode ter sido diferente no caso do projeto de compensação de carbono Monte Pascoal: *“Não interessa de quem é a terra, e meu compromisso é com os bichos, eu quero mais floresta, o mais rápido possível. Já trabalhei no Instituto Cidade, no Natureza Bela, agora no IBIO, mudam as denominações, mais o objetivo é o mesmo. Alguns dizem: vocês estão estimulando poluição. Não! Estamos retirando efetivamente carbono da atmosfera e os bichos estão sendo beneficiados. É concreto e simples de explicar, é um jeito de financiar restauração. O BNDES é o mais predatório do Brasil inteiro, a Petrobras é o mais poluidor deste Brasil, isso não interessa: os bichos querem mais fruta, mais floresta.”* E a TNC descreve da seguinte forma o “desafio” de envolver as comunidades em suas iniciativas de conservação: *“O engajamento de parceiros locais é outro item bastante delicado, considerando que um projeto de carbono é de longa duração (pelo menos 30 anos), e a dinâmica de comunidades é muito mais rápida que isso, passando por mudanças que podem fugir um pouco das premissas do projeto. Assim, há um grande esforço relacionado à dedicação dos parceiros e processos contínuos de engajamento para assegurar o comprometimento de todos.”*

Em contraste com a perspectiva do IBIO, para os ativistas locais e organizações da comunidade, importa muito quem possui a terra a ser incluída em uma iniciativa de conservação. E, enquanto também para eles, os animais e as florestas são importantes porque a sua subsistência depende de uma floresta e manguezais saudáveis, a saúde das comunidades também é importante: *“Não vemos essas ONGs participando da educação, da criação de emprego e renda, e sim sempre em diagnósticos, diagnósticos que não deixam nada para as comunidades nem o território.”*

Na verdade, a preocupação das comunidades parece longe de ser uma consideração séria em muitas iniciativas de REDD propostas por ONGs conservacionistas, como mostra o seguinte comentário:

*“Estamos todos esperançosos em relação ao REDD+. E, é claro, todos sabemos que vai ser um desastre. Seria um milagre se parte dos 4,5 bilhões de dólares caíssem das mesas dos consultores e gerentes como você e eu para as mesas dos ‘pobres’. A história mostra que isso não vai acontecer”.*³⁵

³⁵ Michael I. Brown (2013): *Redeeming REDD. Policies, incentives and social feasibility for avoided deforestation*. Earthscan. Pág. 58.